



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

AGOSTINHO E A QUESTÃO DO MAL

MARIA JÚLIA SANTOS DE JESUS

BRASÍLIA

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Maria Júlia Santos de Jesus

AGOSTINHO E A QUESTÃO DO MAL

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de licenciatura em Filosofia
da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Guy Hamelin

Brasília

2023

Maria Júlia Santos de Jesus

AGOSTINHO E A QUESTÃO DO MAL

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de licenciatura em Filosofia da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Guy Hamelin.

Aprovado no dia: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Guy Hamelin

Prof. Dr. Márcio Conke.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar minha gratidão a todos que são de suma importância para a minha trajetória de vida:

Para toda minha família, aos meus pais, meus avôs, meus tios e tias, para meus irmãos, cunhados e cunhadas e para meus sobrinhos. Principalmente à minha mãe, Edielza, que sempre me motivou em meus estudos, nunca me deixou faltar nada, nunca me cobrou nada, mas sempre esteve ao meu lado me apoiando em qualquer decisão.

Para minha irmã Maria Inez, para minha madrinha Aparecida, obrigada por me inspirarem, por serem minhas amigas, pelas melhores conversas e por sempre me motivarem em meus estudos, sou eternamente grata por tê-las em minha vida.

Para meu professor Guy Hamelin, que foi um grande orientador para mim. Obrigada por todos os ensinamentos, pela paciência e por todo o conhecimento que me foi passado durante minha graduação.

Para o corpo docente do departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, vocês nos inspiram dentro de sala de aula. Especialmente às professoras Raquel, Cecília, Ericka e Priscilla.

Para meus amigos e amigas de graduação, especialmente: Anne Kelly, Eduarda Gonçalves, Paulo Afonso, Gustavo Meneghini e Matteus Araújo. Pois, vocês foram de suma importância para enfrentar as adversidades da vida acadêmica de forma mais leve.

Para meu companheiro de vida Gustavo Henrique, que com muito carinho e amor, me incentiva a ser uma pessoa melhor em todos os meus dias. Te admiro e me inspiro na pessoa que você é.

Obrigada ao meu Deus, por me conceder forças e sabedoria para continuar, por abençoar todas minhas conquistas, que por enquanto ainda foram poucas, mas é só o começo.

RESUMO

Este trabalho de monografia foi elaborado no intuito de analisar e discorrer sobre a questão do mal na concepção agostiniana. Efetivamente, em busca de respostas para seus questionamentos acerca do mal, Agostinho obteve uma certa proximidade com a seita maniqueísta, mas só obteve respostas com as teses neoplatônicas através de Plotino. A fim de explorar a natureza do mal, Agostinho realiza três distinções entre o mal metafísico-ontológico, mal moral e mal físico. Por meio de sua teoria teológica e filosófica, foi possível distinguir cada teoria no que concerne ao mal. A partir disto, entende-se que Agostinho expõe claramente em sua teoria que ocorre o mal moral no mundo, isso acontece por meio do livre-arbítrio (um bem concedido por Deus aos seres humanos), mas não faz com que Deus seja o autor do mal. Os indivíduos possuem livre-arbítrio para serem livres em suas ações, mas se guiarem seus atos por uma vontade má, ocorrerá o mal moral. Por outro lado, se os sujeitos inclinarem sua vontade para o bem, alinharão sua própria vontade com a vontade divina e reestabelecerão a ordem e o bem em suas vidas. As virtudes cardinais são apresentadas como as principais para se evitar o mal moral, de acordo com o filósofo africano são elas: prudência, justiça, fortaleza e temperança. Deste modo, é necessária a busca por essas virtudes, pois são hábitos praticados que definem as ações do indivíduo, assim, se o sujeito ama as coisas boas, sua vontade e suas ações serão boas. Esse ato de bondade é denominado como caridade (*caritas*) que é reconhecida como a virtude suprema. Apoiado nas análises e comentários de Étienne

Gilson, neste trabalho buscou-se refletir as principais ideias do pensador pré-medieval, e assim, entender quão necessário e instigante é o pensamento agostiniano no que concerne ao mal.

Palavras-chave: Agostinho, mal, livre-arbítrio, vontade, virtudes, *caritas*.

Sumário

Introdução.....	6
1. Contextualização e Teoria	8
1.1 Apresentação breve do autor	8
1.2 O Mal na percepção maniqueísta	9
1.3 O mal na percepção do neoplatonismo.	12
1.4 O mal na percepção agostiniana	14
2. O livre-arbítrio é a causa do mal moral?	17
2.1 A liberdade humana	17
2.2 A busca pelo bem	20
2.3 Três níveis de bens	21
3. Sobre as Virtudes.....	25
3.1 As virtudes cardinais.....	25
3.2 A caridade	26
4. Conclusão	27
5. Referências bibliográficas.	28

Introdução

O presente trabalho para conclusão de curso visa explorar o pensamento agostiniano. É notável como a questão do mal emerge em diversas discussões filosóficas, desde a Antiguidade até os dias atuais. A reflexão sobre o tema proposto é algo que instiga o intelecto humano, assim, o assunto aqui apresentado é abordado por diversificadas percepções filosóficas. Importante ressaltar que o foco de nossa pesquisa é a percepção agostiniana sobre o mal.

Agostinho, por sua vez, nos apresenta uma abordagem metafísica para iniciar a busca pelo entendimento sobre a natureza do mal. Sua motivação não é apenas para esclarecer questionamentos acerca do tema, mas também pelo desejo de refutar a ideia de que Deus seja o autor do mal. Nota-se que os tratados agostinianos sobre o mal nos introduz a uma reflexão filosófica e teológica. Por ora, é possível ampliar nossa visão e compreensão para um melhor entendimento a respeito do tema.

Diante dessa ideia, manifestam-se alguns questionamentos que serão fundamentais para explorar em sua teoria filosófica: Como o doutor de Hipona compreende e analisa a questão do mal? Como conciliar a maldade no mundo com a bondade divina? O livre-arbítrio é a causa para o mal moral? Essas são as questões principais para discorrer e refletir a questão do mal.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise à luz de comentadores, notadamente em Étienne Gilson, que nos proporciona uma reflexão aprofundada sobre o pensamento agostiniano. Através de suas obras *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*² e *O espírito da Filosofia Medieval*³, pôde-se realizar uma pesquisa mais clara e objetiva.

Efetivamente, o estudo é feito por meio das teses agostinianas que redigem sobre o mal, principalmente em *Confissões*⁴, *A Cidade de Deus*⁵ e *O Livre-Arbítrio*⁶. Assim,

¹ AGOSTINHO, S. *Confissões*. Ed. Abril Cultura, 1980.

² GILSON, E. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus, 2006.

³ GILSON, E. *O Espírito da Filosofia Medieval*. Ed. Martins Fontes, 2006.

⁴ AGOSTINHO, S. *Op. Cit.*, Ed. Abril Cultura, 1980.

⁵ AGOSTINHO, S. *A Cidade de Deus*. São Paulo: Paulus, 1995.

⁶ AGOSTINHO, S. *Patrística - O livre-arbítrio*. Ed. Paulus, 2008.

buscou-se compreender a visão do filósofo africano em relação a fundamentação, causa e saída para o mal; bem como suas principais contribuições à filosofia.

Inicialmente, oferecemos uma contextualização da vida do autor, abordando influências e bases de seus pensamentos, estabelecendo um paralelo entre as concepções neoplatônica e maniqueísta. Assim, o primeiro capítulo visa estabelecer a diferença entre as doutrinas religiosas e filosóficas que foram essenciais para a tese de Agostinho a respeito do mal. De imediato, nota-se o repúdio do autor pela tese dualista dos maniqueus, embora tenha sido membro da seita maniqueísta durante nove anos. Após isso, Agostinho foi introduzido ao neoplatonismo por meio de alguns textos de Plotino, traduzido por seu amigo Mario Vitorino, quando ainda frequentava círculos neoplatônicos em Milão orientados pela figura de Ambrósio. Com isso, a filosofia neoplatônica lhe permitiu o entendimento sobre o mal ontológico-metafísico.

Na segunda parte, buscou-se concentrar no debate agostiniano sobre o mal, abordando aspectos metafísicos-ontológicos, morais e físicos. Essas três compreensões sobre o mal permitem que adentremos ao debate sobre os níveis de bens, o qual é de suma importância para o entendimento da teoria *uti e frui* que é apresentada ao decorrer do segundo capítulo. Assim, a pesquisa percorre para o esclarecimento sobre o livre-arbítrio. Este ponto é crucial, pois o autor pré-medieval explica que o mal moral ocorre por meio do livre-arbítrio. Porém, o que ocasiona o mal moral é a má utilização do livre-arbítrio, portanto, a vontade má é responsável por guiar as ações más dos sujeitos.

Finalmente na terceira parte, apresentamos a solução proposta por Agostinho para evitar o mal moral, destacando a importância das virtudes para uma vida plena e a busca pela proximidade com Deus. O filósofo africano propõe uma vida ética baseada em praticar atos virtuosos que sejam bons para todos. A fortaleza, a justiça, a temperança e a prudência são essenciais para se viver a verdadeira liberdade e felicidade, pois essas virtudes agem como meios para se evitar o mal moral. Ademais, a caridade é destacada como a virtude suprema, pois, ela permite que o sujeito alinhe sua própria vontade com a vontade divina, assim, estabelece a ordem no mundo e viabiliza uma vida plena.

Capítulo 1. Contextualização e teoria

1.1. Apresentação breve do autor

Aurelius Augustinus (354-430 d.C.), mais conhecido como Agostinho, foi destacado como um dos pensadores mais influente do período da Filosofia Medieval⁷. O autor nasceu em Tagaste⁸, situada no norte da África. Com o intuito de investir em seu futuro, a prioridade dos pais de Agostinho era investir na educação do filósofo latino. Então, ele foi levado para uma cidadezinha (Madaura) próxima e assim, o autor iniciou seus estudos. Mas a conclusão de seu ensino se deu na cidade de Cartago, onde foi possível concluir os estudos superiores. Posteriormente, o filósofo passou a lecionar retórica, dedicava-se também para diversas obras teológicas e filosóficas.

Apesar de seus interesses intelectuais e religiosos, Agostinho confessa que durante sua juventude sua atenção estava voltada para as questões mundanas⁹. Um exemplo para isso é quando o filósofo relata pequenas más ações durante a sua adolescência, alguns de seus pequenos furtos no quintal do vizinho¹⁰ era uma forma de experimentar algo proibido. Outra questão mais séria foi quando o filósofo africano teve uma ligação amorosa com uma moça¹¹, a qual não poderiam firmar um matrimônio por causa dos padrões impostos pela época. No entanto, Agostinho e essa moça tiveram um filho, Adeodato, que viera a falecer ainda em sua adolescência.

Com isso, muitos fatores foram essenciais para o amadurecimento do autor, pois ele afirma ter tido responsabilidades quando ainda era muito jovem, em decorrência do falecimento de seu pai. Apesar de todas as dificuldades, o filósofo africano foi um excelente professor.

⁷ Importante ressaltar que, embora Agostinho tenha sido um importante pensador para o período medieval, o autor viera a falecer no final da Antiguidade. Assim, o autor africano é anterior à Idade Média. Portanto, ele é um teórico antigo ou pré-medieval.

⁸ Atualmente encontra-se a cidade de Souk Ahras, na Argélia.

⁹ AGOSTINHO, S. *Confissões – Vida e Obra*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Antônio de Pina, São Paulo, abril Cultura, 1980.

¹⁰ Em *Confissões*, Livro II, cap. 4. Agostinho relata um episódio de furto, assim diz ele: “E eu que quis roubar; roubei, não instigado pela necessidade, mas somente pela penúria, pelo fatio de justiça e excessode maldade. [...] Havia, próximo a nossa vinha, uma pereira, carregada de frutos nada sedutores, nem pela beleza nem pelo sabor. Alta noite, pois tínhamos o perverso costume de prolongar nas eiras os jogos até essas horas, eu com alguns jovens malvados fomos sacudi-la para lhe roubarmos os frutos” (AGOSTINHO. *Confissões*. Ed. Nova Cultura- São Paulo: 1996, p. 59).

¹¹ Não há registros do nome da mãe de Adeodato.

1.2. O mal na percepção maniqueísta

Eventualmente, Agostinho deparou-se com a doutrina maniqueísta e, por um tempo, acompanhou o movimento maniqueísta como um observador, antes de ser converter ao cristianismo. O filósofo antigo tinha diversos questionamentos no que concerne à existência. O autor afirma que sua aproximação na seita maniqueísta foi de seus dezenove anos até seus vinte e oito anos de idade (*Confissões*, IV – 1,1)¹². Durante esse tempo, o pensador pretendia obter respostas no que concernir o mal. No entanto, durante seu interesse pela religião maniqueísta, Agostinho se depara com o dualismo entre bem e mal. A doutrina dos maniqueus expressa uma interpretação dualista sobre duas forças supremas que regem o mundo. Todavia, o pensamento maniqueísta sobre o mal não satisfazia as dúvidas do filósofo em relação às suas questões espirituais e intelectuais.

O que a doutrina maniqueísta expressa em sua teoria? Fundada por um profeta persiano chamado Mani, essa doutrina é uma religião, a qual possui diversos seguidores. Seus ensinamentos propõem a existência de dois mundos eternos que se opõem: o Reino da Luz e o Reino das Trevas. Isto é, o dualismo maniqueísta defende uma doutrina na qual o mundo reger-se-á por duas entidades divinas¹³.

Efetivamente, o Reino da Luz é o princípio do Bem. Segundo a doutrina maniqueísta, somente a alma é boa, essa faz parte do mundo espiritual e iluminado. Por outro lado, a doutrina também nos traz a ideia de um mundo material. Aqui o corpo do indivíduo é formado por este mundo, este está intrinsecamente ligado ao mal: o Reino das Trevas. Ou seja, essa doutrina apresenta uma ideia fundada no princípio dualista, entre dois reinos que estão constantemente em um conflito perpétuo. Nota-se aqui que os maniqueus tratam do mal no sentido natural. O indivíduo que viera a participar deste mundo é dominado por essas duas entidades já existentes no universo. Portanto, a alma pratica o bem, mas o corpo pratica o mal, visto que o corpo participa do mundo material. Neste sentido, o indivíduo não possui escolha de suas ações, pois essa teoria defende o determinismo. Ou seja, o indivíduo age de acordo com o que lhe é estabelecido, independentemente de ser bom ou ruim.

¹² AGOSTINHO. *Op. cit.*, p. 99.

¹³ AGOSTINHO. *O Livre Arbítrio*. Ed. Paulus – São Paulo: 2008, p. 7.

A doutrina maniqueísta envolve um misto de religiões. Sua base teórica foi influenciada pelo zoroastrismo, budismo, cristianismo, entre outros. Dessa forma, o pensamento maniqueísta define um universo totalmente antagônico. Assim, o mundo material é essencialmente mal, e o espírito (bom) do ser humano tem a possibilidade de superar esse conflito através do gnosticismo¹⁴.

Efetivamente, no que concerne a concepção maniqueísta do bem e mal, os sujeitos não são responsáveis por seus atos. Importante ressaltar que, para os maniqueus, o mal existe substancialmente. Como mencionado anteriormente, essa doutrina apresenta um conjunto de ideias baseadas em uma explicação dualista a respeito do bem e mal. Para os maniqueus, o mundo material é considerado como uma matéria ruim. Isto é, eles consideram que o espírito é totalmente bom, somente, enquanto estiver no lado puro, mas ao vir para a terra, o espírito entra em conflito com as coisas ruins, assim, forma-se a dualidade entre bem e mal. Ou seja, para os maniqueus, Deus é luz (bem) mas essa luz deve lutar contra as trevas (mal)¹⁵.

Em suma, nota-se que os seguidores dessa doutrina se dispõem fortemente a debaterem sobre a questão dualista entre o bem e o mal, pois é uma questão que faz parte estrutural do discurso maniqueísta. Agostinho foi um dos membros deste movimento, e por mais que tenha acompanhado o movimento maniqueísta durante nove anos, o filósofo não se contentava com os ensinamentos da seita maniqueia. Nota-se que Agostinho tinha diversos questionamentos acerca do mal e procurava respostas à questão do mal. Mas o filósofo negava-se a acreditar em uma tese dualista que defendia a existência de duas forças antagônicas (bem e mal, apresentadas nos ensinamentos maniqueístas) que regia o universo.

Efetivamente, o filósofo pré-medieval não se contentava com a ideia de o sujeito ter duas almas: que uma alma seja dominada pelo bem e a outra seja dominada pelo mal, como se a liberdade de escolha não existisse. Assim, isso implicaria em considerar um

¹⁴ Gnosticismo é uma corrente filosófica e religiosa acerca do conhecimento e espírito humano. Logo, para muitos gnósticos, o conhecimento seria a condição necessária para a salvação humana. (ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Ed. Martins fontes – São Paulo: 2007, p. 485).

¹⁵ Por ser um observador da seita maniqueísta, Agostinho interpretava toda essa questão de forma materialista. Para ele, Deus (Sumo Bem) seria de forma material e luminosa, por outro lado, o mal era uma substância “feia e disforme” (Agostinho. *Confissões*. Livro V, cap. 10, p. 137).

universo em que os sujeitos não tenham responsabilidades pelos seus atos, já que as causas são determinadas por duas divindades supremas. Notadamente, essa ideia traz uma definição ontológica e metafísica acerca do mal¹⁶. Todavia, antes de chegar a essa reflexão e realizar suas declarações contra o maniqueísmo, o filósofo de Hipona, em um certo momento de sua vida, acreditava no preceito dualista do maniqueísmo. Podemos elucidar: em sua obra *Confissões*, o autor confessa alguns erros que procederam de sua passagem pela seita, notadamente, em acreditar erroneamente nessa questão dualista, ele diz (Agostinho, *Op. cit.*, Livro V, p. 136):

“Ainda então me parecia que não éramos nós que pecávamos, mas não sei outra natureza, estabelecida em nós. A minha soberba deleitava-se com não ter as responsabilidades da culpa. Quando precedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que Vos tinha ofendido, mas gostava de desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu. Na verdade, tudo aquilo era eu, se bem que a impiedade me tinha dividido contra mim mesmo! Era este pecado tanto mais difícil de cura quanto eu menos pecador me julgava.”

Isto é, Agostinho assume que, durante sua participação na seita maniqueísta, acreditava na existência de um mal metafísico-ontológico¹⁷. Logo, seria viável considerar a maldade como parte do ser. Dessa forma, o sujeito não teria liberdade em suas escolhas, ou ainda se tivesse tal discernimento de escolher entre certo e errado, desviaria a responsabilidades de suas condutas para algo que lhe foi imposto pelo Reino das Trevas (Mal). Por isso, ele enfatizou essa questão de “Quando precedia mal, não confessava a minha culpabilidade” (Agostinho. *Op. Cit.*, Livro V, p. 136). Nota-se que, além de Agostinho relatar uma problemática em torno de não assumir o próprio erro, o autor também nos traz uma reflexão acerca da importância de reconhecer estes erros e assumir a responsabilidade de nossos próprios atos.

¹⁶ Isso remete à consideração de que o mal exista ontologicamente, o que não é o caso. Isso será aprofundado no próximo capítulo.

¹⁷ O autor africano chegou a considerar na existência e essência do mal.

Em meios às suas crises existenciais e intelectuais, Agostinho buscava respostas às suas objeções, por exemplo: o que é o mal? Portanto, o filósofo tinha a pretensão de sanar suas dúvidas com Fausto, o qual era membro da seita maniqueísta. Em seu livro *Confissões*, o autor relata um episódio em que ele havia se encontrado com Fausto¹⁸. Sua intenção não era somente obter respostas prontas, mas também de debater. No entanto, seu encontro foi decepcionante, o autor diz que o bispo não pôde responder às suas objeções, este afirmava não ter muito conhecimento acerca da teoria maniqueísta. Este relato¹⁹ demonstra que, a teoria maniqueísta não satisfazia mais Agostinho, o autor perdeu o interesse, paulatinamente, pela doutrina. E, esse descontentamento fez com que o filósofo africano fosse se despreendendo da teoria maniqueísta.

Não obstante, Agostinho não desanimou. Mesmo que tenha sido membro da seita maniqueísta por muitos anos, o autor não tinha muitas convicções no que concerne à concepção do maniqueísmo em relação à um “antagonismo universal” baseado em um princípio dualista. Ademais, Agostinho se tornou, posteriormente, um dos autores mais influente e persistente contra o maniqueísmo. Escrevendo diversas obras durante sua vida, Agostinho sempre volta a citar a doutrina maniqueia e demonstra total repúdio aos ensinamentos dessa seita. Para ele, a visão dualista, que os maniqueus adotaram, era inconsistente e apresentava uma série de erros.

1.3. O mal na percepção do neoplatonismo

Efetivamente, Agostinho se converteu ao cristianismo. Mas anteriormente, após sua passagem pela seita maniqueísta, o filósofo latino relata que foi introduzido ao ceticismo²⁰. No entanto, Agostinho afirma que é inviável duvidar de tudo, sendo um filósofo epistemológico realista. Ele acredita que é possível encontrar a verdade²¹.

¹⁸ Um renomado bispo Maniqueu, Fausto, era um dos dirigentes da seita, considerado como um grande sábio pelos membros da seita maniqueísta.

¹⁹ “Logo que transpareceu com suficiente clareza a imperícia de Fausto nestas ciências em que o julgava eminente, comecei a desesperar da sua capacidade para me esclarecer e desfazer as dificuldades que embaraçavam meu espírito. [...] Quando lhe propus essas dificuldades para serem discutidas, desculpou-se modestamente, sem ousar tomar sobre si tal encargo” (Agostinho. *Op. cit.*, p. 131).

²⁰ AGOSTINHO. *Confissões*. Ed. Abril Cultura: 1980, p. 142.

²¹ Como o nosso objeto de pesquisa é a questão do Mal, não aprofundaremos na teoria epistemológica de Agostinho.

Ainda se ocupando de questões relacionadas às coisas existenciais e intelectuais, o filósofo latino não se adaptou à Academia, o que o levou a redigir uma obra *Contra os Acadêmicos*²² (386).

Contudo, Agostinho conheceu alguns discípulos de Plotino (204-270), os quais eram seguidores da doutrina platônica. Assim, esse encontro permitiu que Agostinho fosse introduzido ao neoplatonismo, o que foi crucial para a vida do filósofo. Mas quais seriam os ensinamentos do neoplatonismo? Bom, vale ressaltar que, com alguns retoques e modificações, o neoplatonismo surge como uma “nova forma” de se pensar a teoria platônica. Além da forte influência de Platão, o neoplatonismo também se adequou a algumas teorias aristotélicas:

No que se refere a aproximação da doutrina aristotélica e do neoplatonismo, pode-se dizer que ambas as teorias consideram a hierarquia dos seres. Um exemplo disso é na metafísica de Plotino, que considera o Uno (Bem Supremo) como a inteligência suprema e está além de todos os seres. (MAIA, J. *Plotino: Enéadas I e II*. Ed. Ideia – João Pessoa: 2021, p. 140).

Notadamente, é com os estudos de Plotino que Agostinho eleva seu espírito filosófico. Em primeiro lugar, o filósofo medieval encontra na doutrina plotiniana a teoria da criação do mundo e da iluminação divina aos homens; em segundo lugar, na concepção plotiniana dispõe da ideia de um Deus imaterial, imutável, ele é Ser Supremo, é a verdade. Esta terceira ideia remete à ausência de bem, “o mal é a supressão do ser”.²³ Isto é, quando o indivíduo leva algo ao seu limite, corrompendo toda a sua essência, ele acaba por eliminar todo esse bem, o levando a carência de algo (bem), em decorrência disso ocorre o mal, definido como a ausência de bem.

Em sua obra *Enéadas*,²⁴ Plotino se dispõe a investigar a natureza do mal, no Livro 8 “Donde são os males”? O filósofo grego descreve a sua forma de pensar em relação ao mal, que segundo ele, não é uma substância, e sim uma ausência de algo que existe e possui essência. Notadamente, sua definição do que é o mal é uma interpretação neoplatônica. Assim como na teoria de Platão, Plotino define o mal como a ausência de bem, mas quando a matéria boa é totalmente corrompida ela acaba perdendo sua essência.

²² Em sua teoria epistemológica, Agostinho rebate ao discurso cético. Em geral, o filósofo pré-medieval defende, entre outros, um conhecimento verdadeiro através dos sentidos, diz ele que, o erro provém do julgamento que fazemos a algo, sem antes verificar se aquilo é verdadeiro ou não.

²³ GILSON. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus, 2007, p. 445.

²⁴ PLOTINO. *Enéadas I e II*. Introdução, tradução e notas de Maia Juvino A - Ed. Ideia: 2021

Com isso, essa falta desencadeia na carência do bem e a matéria se torna má. Assim, ele diz (Plotino. *Op. Cit.*, p. 144):

“A imagem do que é, que para nós se dá pelas formas, seria para o mal imagem do que não é, pois não tem essas formas e então não tem medida nem limite. Esse ‘que não é’ não é o não ser absoluto, mas uma privação de medida e de limite, que somente tem lugar no mundo sensível, acerca do qual há todas as impressões; por causa dessas impressões é que o mal é privação, desmedida e falta de limite, incapaz de satisfação, sempre necessitado como indigente, tal como se diz no Simpósio de Platão, em 203b, sobre Eros, filho de Poros e de Penia, a indigência.”

Dessa forma, nota-se que Plotino busca formular suas ideias a partir da doutrina platônica, e com isso, apresenta uma forma a se pensar o mal em sua teoria do bem. Para ele, só podemos ver o que existe verdadeiramente. O bem está nas coisas, o bem é o princípio e a causa de tudo. Por outro lado, o mal é a desmedida do bem. Portanto, não possui forma, pois não tem uma existência positiva. Entende-se que a concepção plotiniana considera que o mal seja a ausência do bem, e não como algo que exista verdadeiramente e esteja eternamente em uma batalha antagônica a algo (como expressavam os maniqueus). Sendo assim, o mal é apenas algo que é nomeado a inexistência de bem.

A concepção plotiniana elucida essa ideia com a questão da escuridão e da luz; a escuridão não é algo, é apenas a ausência da luz. Em analogia a isso, a luz representa o bem e a escuridão representa o mal. Em sua metafísica, Plotino destaca que quanto mais distante do Uno (Bem Supremo), maior será a presença dos males. Para ele, é necessário retornar ao Uno, princípio de tudo e fonte de todo o bem, e essa busca se dá através da interiorização do indivíduo, na reflexão do sujeito sobre si mesmo. Assim, essa busca espiritual é a forma para superar o mal e alcançar o bem e o belo.

1.4. O mal na teoria agostiniana

Como mencionado anteriormente, Agostinho se aproxima do neoplatonismo. Em seu fundamento teórico, o filósofo teve fortes influências do neoplatonismo em sua visão metafísica no que concerne o mal.

Efetivamente, não há como negar que Agostinho sofreu diversas influências confusas e divergentes em relação ao mal. Mas segundo o filósofo antigo, toda a percepção maniqueísta sobre o mal foi superada pela visão neoplatônica.

Agostinho enfatiza que diversas de suas inquietações intelectuais que atormentavam sua alma, estava em torno das dúvidas em relação a natureza do mal. Se o mal existe, então quem o criou? Como relacionar a bondade divina com a maldade no mundo? Deus é o autor do mal? Entre essas e outras questões, fez com que Agostinho buscasse respostas para suas indagações. Não obstante, o filósofo redigiu diversos tratados que expressavam sua percepção sobre o mal, principalmente em *Confissões*²⁵ (400), *A Cidade de Deus*²⁶ (413-426), *O livre-arbítrio*²⁷ (388-395).

Efetivamente, Agostinho interpreta a questão do mal, parcialmente, como a doutrina neoplatônica interpretava²⁸. Assim, a concepção agostiniana apresenta em sua teoria que o mal é a ausência do bem. Para ele, o mal não foi criado, pois não existe como substância. Ademais, o filósofo buscava rebater a todos aqueles que afirmavam que Deus seria o criador do mal. Sobre essa questão, Agostinho afirma que Deus é o supremo e sumo Bem, e que todas as suas criações são criaturas boas.

O mal, no entanto, ocorre como ausência ou privação do bem, assim, podemos ver o bem, mas não ver o mal. Porque o bem está essencialmente nas coisas e o mal, por outro lado, está na falta. Para aprofundar nessa questão, o filósofo africano apresenta 3 níveis de compreensão acerca do mal: a) mal metafísico-ontológico; b) mal moral; c) mal físico.

a) Mal Metafísico-ontológico

No campo metafísico-ontológico, Agostinho analisa o mal em seu sentido existencial. Do seu ponto de vista, não existe o mal no universo, como especulavam algumas pessoas de sua época. Mas existem os seres inferiores na escala dos bens (a depender de seu grau de bem). São as matérias passíveis de corrupção, isto é, a matéria é criatura, portanto é uma criação divina, logo ela é um bem, mas é inferior ao homem e a Deus (sumo Bem).

²⁵ AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

²⁶ AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. São Paulo: Paulus, 1995.

²⁷ AGOSTINHO, S. *Patrística – O livre arbítrio*. Ed. Paulus, 2008.

²⁸ Diferentemente do pensamento agostiniano, os neoplatônicos defendem que a matéria é má.

No entanto, entende-se que é uma questão que depende da finitude e dos diferentes graus dessa finitude. Filósofo e comentador, Reale²⁹ descreve que na análise examinada em três planos (dos males metafísico-ontológico, moral e físico), deve-se levar em consideração os julgamentos superficiais de cada indivíduo, o que leva à contingência. Ou seja, numa percepção finita sobre algo, pode-se levar a definir este algo como defeituoso, o que resulta a defini-lo como algo “mal”.

Assim, pode haver o equívoco, pois esse algo seria julgado a partir de uma análise individual e contingente, e não como um todo(universal). Assim, o comentador diz: “[...] Medida com o metro do todo, cada coisa, mesmo aquela aparentemente mais insignificante, tem seu sentido e sua razão de ser e, portanto, constitui algo positivo” (REALE, *Op. cit.*, p. 98). Isto é, mesmo que esse bem seja reduzido minimamente em sua matéria toda sua qualidade e bondade ainda continuarão boas pois, Agostinho nega que a matéria possa vir a ser algo ruim. Ademais, o autor buscava uma percepção do mal de maneira positiva.

b) Mal Moral

Do ponto de vista moral, o mal é definido como a perversão da vontade. Como mencionado anteriormente, Agostinho expressa em sua teoria que todos devem alinhar suas vontades com a vontade de Deus (sumo Bem). Caso contrário, ocasionaria a desordem no mundo. É o que o filósofo determina como mal moral. Isso acontece quando os indivíduos se apegam aos bens inferiores ao invés de optar pelos bens superiores.

Mas como isso ocorre? Bom, é importante frisar que, na teoria agostiniana, Deus é o criador de tudo e de todos e a sua criação do universo também resultou na criação de diversos bens, esses bens se definem hierarquicamente. O livre-arbítrio, por sua vez, é um bem intermediário³⁰, portanto, passível de corrupção, é por meio deste bem que ocorre o mal moral. Os indivíduos possuem o livre-arbítrio para praticarem o bem e alinharem sua vontade com a vontade do bem supremo de forma espontânea³¹. Por conseguinte, o mal

²⁹ REALE. *História da Filosofia 2 – Patrística e Escolástica*. Ed. Paulus: 2005, p. 97.

³⁰ A análise dos níveis de bens (superiores, intermediários e inferiores) serão apresentadas, somente, no capítulo posterior.

³¹ Nota-se que, sobre o livre-arbítrio, vemos que Agostinho é totalmente contra a noção de determinismo. Para o autor, as pessoas têm livre escolha em seus atos, sendo totalmente responsáveis por suas ações, sejam elas boas ou ruins.

não reside nos espíritos, nem existe como criatura; porém, o mal moral ocorre em consequência do mau uso do livre-arbítrio por meio da vontade má.

c) Mal Físico

Por último, embora Agostinho não considere os males naturais como verdadeiros maus, o autor africano compreende que o mal físico é uma consequência das más ações dos seres humanos. Isto porque o filósofo reflete de maneira racional, apoiado na filosofia, mas também de maneira teológica, por isso ele traz uma ideia a partir de uma visão cristã. Dessa forma, ele define que o mal físico acontece como resultado do pecado original. Essa compreensão aborda temas que causam dores físicas aos seres, como doenças, sofrimentos, morte, dores etc. Embora Agostinho tenha tratado dessas três compreensões do mal, é importante ressaltar que, para o autor, só há o mal moral. O mal físico, por sua vez, é incluído no mal moral.

CAPÍTULO 2. O livre-arbítrio é a causa do mal moral?

2.1. A liberdade humana

É notória a presença do neoplatonismo nas teses agostinianas, no que concerne o mal. De fato, Agostinho considera que o mal ontológico seja a ausência de bem. Pois, em sua metafísica, ele busca entender a essência do mal ontologicamente: é algo que existe de fato? Sobretudo, ele também reflete e investiga a causa do mal moral: poderia ser o livre-arbítrio? Dessa forma, nota-se que o filósofo medieval também demonstra preocupação no que concerne a liberdade humana.

Efetivamente, um dos motivos do envolvimento de Agostinho com o maniqueísmo foi a tentativa de sanar suas dúvidas acerca do mal. Por ora, o autor atribuiu os ensinamentos dos maniqueus às suas “soluções” sobre a questão do mal, mas eventualmente, Agostinho se sentia cada vez mais incomodado com as explicações da seita maniqueísta. De fato, como explícito no capítulo anterior, Agostinho rejeita toda a tese dualista maniqueísta (entre bem e mal). Através de sua reflexão filosófica e teórica, ele apresenta a prova de que Deus não é o autor do mal, e principalmente, o autor rejeita a teoria que apresenta um antagonismo entre dois mundos que regem as ações humanas. Dessa forma, veremos como o filósofo africano aborda essa última questão que envolve o livre-arbítrio.

A tese neoplatônica influenciou o pensamento agostiniano por muito tempo. Tendo

em vista que a intenção do filósofo africano não era a de reduzir as teses neoplatônicas, entende-se que o autor apresentou em sua teoria uma nova interpretação acerca da matéria. Pois, de acordo com o sistema de Plotino, era coerente culpabilizar a matéria pela maldade no mundo. Segundo o neoplatonismo, se a matéria estiver sem o bem, ela é um não-ser em negação ao bem. Portanto, essencialmente má. Essa solução é viável para Plotino, pois sua doutrina não apresenta um Deus criador, dessa forma, não implica naquela questão contraditória “um Deus bom e criador, seria o responsável por algo mal”?

Por ser um filósofo cristão, Agostinho não poderia aceitar tal solução, pois a doutrina agostiniana define Deus como o criador de tudo. Assim, Agostinho remonta ao neoplatonismo, influenciado por Plotino e pelo cristianismo, mas com uma nova interpretação sobre a causa do mal. Sobretudo, ele rejeita que a matéria seja essencialmente má. O filósofo cristão não nega o mal moral. Para elucidar essa questão, Gilson diz assim (GILSON, *Op. cit.*, p. 154):

“Que tudo o que Deus fez é bom, nada mais certo. Que tudo o que existe não é igualmente bom, não menos certo. Há o bom e o melhor; mas se há o melhor, há o menos bom; ora, o menos bom, em certo sentido, é mau. Além do mais, o universo é sede de gerações e de corrupções constantes, tanto na natureza inanimada como na natureza animada.”

Assim como dito anteriormente, Agostinho apresenta em seu discurso filosófico e teológico a ideia de um Deus criador. Em diversas obras, o filósofo latino diz que Deus deu forma às suas criaturas através do Verbo. Mas quando se fala de criação, deve-se levar em consideração que o autor teve influências teóricas dos filósofos gregos, pois como em Platão, Agostinho também considera a ideia de que existam seres mutáveis e imutáveis. Efetivamente, Deus é um ser imutável e eterno, mas a partir do Verbo deu-se a criação, todas as criaturas, todos os seres existentes, sejam animados ou inanimados, são mutáveis e passageiras.

A explicação de Gilson nos faz entender a dinâmica do pensamento agostiniano. Pois, o comentador francês ressalta que a concepção agostiniana apresenta Deus como criador de todas as coisas, mas que isso não o responsabiliza pela maldade existente no mundo.

É bom enfatizar que adveio das criações divinas toda a bondade no mundo, mas em certa medida, há uma contingência em relação a esses bens. Ou seja, tudo que veio da criação divina é por essência passível de mutabilidade.

Mas como isso acontece? A causa para o mal seria a mutabilidade? Bom, não é o que Agostinho sugere em sua investigação filosófica. Ao refletir sobre o tema, o autor africano analisa bem sobre essa questão. Ele diz assim: “Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma *perversão da vontade desviada da substância suprema*” (AGOSTINHO. *Confissões*. 1996, p. 190). Ou seja, aqui o autor remete ao mal moral, que ocorre por meio do livre-arbítrio, que assim como os outros bens, é uma criação divina que concede a liberdade aos seres humanos, para que eles sejam livres em suas ações. Assim, cada ser é responsável por seus atos, sejam ações boas ou ruins. Fica a critério do indivíduo decidir como ele irá agir, pois não há uma entidade que force seu espírito³² a fazer o que o sujeito não deseja.

De fato, a liberdade é um grande bem, mas é passível de corrupção através da vontade dos seres. Segundo o bispo de Hipona, é por meio do livre-arbítrio que as pessoas podem ordenar sua vontade com a vontade de Deus (Bem Supremo) e praticar o bem por espontânea vontade. O oposto a isso causaria a desordem no universo, ocasionando as coisas que chamamos de “males”.

Dessa forma, optando pelas coisas inferiores o ser humano introduz o mal no mundo através do livre-arbítrio. Mas isso não torna o livre-arbítrio a causa do mal, pois o erro é o mal uso dele, assim, ocasiona o mal moral. O capítulo anterior foi finalizado com os três níveis do mal³³, segundo o autor latino. Efetivamente, o mal não reside nos espíritos, ele é introduzido no mundo através do livre-arbítrio pois, é a causa do mal moral.

Deste modo, se um indivíduo opta por realizar o mal, é por uso exclusivo de sua liberdade guiada por sua própria vontade. Não há intervenção divina ou de alguma entidade externa para discernir o que deve ou não fazer. O que existe é o discernimento próprio e juízo crítico de cada ser para decidir o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim, o que deve ou não fazer.

³² Aqui, a palavra ‘espírito’ remete a mente ou pensamento do indivíduo.

³³ Mal metafísico-ontológico; Mal Moral; Mal Físico.

O mal moral ocorre por meio do abuso de liberdade. Mesmo que o indivíduo tenha pleno entendimento do que é certo ou errado, e opta pelo incorreto, é porque o indivíduo escolheu afastar sua vontade do Bem supremo (Deus)³⁴. Dessa forma, o sujeito se torna uma pessoa pecaminosa, e por isso, deve-se arcar com as consequências de seus próprios atos.

A abordagem sobre o mal em Agostinho é um tanto complexa. De imediato, nota-se que o autor explora toda essa questão no campo metafísico quando ele apresenta o mal como ausência de bem. Posteriormente, o bispo de Hipona explora a questão do mal no campo da moral, tudo que está relacionado à vontade humana corresponde a forma que os indivíduos utilizarão sua liberdade. Por último o autor discorre acerca dos males naturais, o qual ele não considera como um mal verdadeiramente, mas os descreve como mal físico.

2.2. A busca pelo bem

A verdade é a saída para o mal, é através dessa busca que se pode alinhar a vontade particular com a vontade divina. Essa busca através do conhecimento consiste em demonstrar como as verdades incorpóreas pode levar o indivíduo às verdades eternas e imutáveis, isto é, se aproximar de Deus o Sumo Bem. Essa reflexão demonstra como as teorias neoplatônicas estão presentes na filosofia agostiniana, pois Agostinho associa o mal moral no processo do pecado como escolha das coisas incertas e mutáveis.

Influenciado pelo neoplatonismo, o autor pré-medieval explica que o apego pelos prazeres sensoriais pode ocasionar uma ilusão passageira de que aquilo é “bom”. Por exemplo: vícios e paixões humanas podem oferecer satisfações temporárias que são ofertadas pelo mundo material. Isso acaba por ocasionar no desvio da vontade do indivíduo, e o afasta mais ainda do conhecimento verdadeiro e da felicidade.

Em contrapartida, a ética³⁵ agostiniana apresenta que os indivíduos têm responsabilidades pelos seus atos, e se agem mal, é porque utilizaram o livre-arbítrio de

³⁴ Assim diz Gilson: “Buscar a causa de uma falta ou de uma falta de ser é buscar uma causa positiva do silêncio ou das trevas. O silêncio é apenas uma ausência de som; as trevas são apenas uma ausência de luz; paralelamente, poderíamos dizer, o pecado é em nossa vontade tão-somente uma ausência de amor por Deus. Mutável, porque criada do nada e, conseqüentemente, imperfeita, nossa vontade somente pôde ter se deixado cair do criador às criaturas para introduzir em si e no universo a desordem inicial do pecado” (GILSON. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus, 2007, p. 279).

³⁵ Importante enfatizar que, Agostinho não tinha a pretensão de realizar uma ética filosófica, mas sim, de debater contra aqueles que defendiam a existência do mal ontológico.

maneira incorreta, pois, o mal não existe como substância em si, mas como ausência do bem. Com efeito, pode-se dizer que o mal moral é a negação do bem, o sujeito que age erroneamente se entregando aos vícios e paixões, tende a se afastar da bondade divina e das verdades eternas.

É praticando hábitos virtuosos e em busca das verdades eternas que o indivíduo pode se aproximar de Deus (Sumo Bem), se o indivíduo escolhe agir bem irá resultar no bem e na felicidade em sua vida. Por isso, o autor defende que o ato de bondade divina se deu através do livre arbítrio, pois, concede ao indivíduo praticar o bem e a verdade de maneira livre. E assim como há consequências ruins em atos ruins, por outro lado, existe o bem quando colocado em prática as ações boas.

Com efeito, o filósofo africano afirma que a filosofia lhe permite conhecer a felicidade e a verdade de maneira racional. A verdade, segundo ele, faz com que o indivíduo compreenda racionalmente a natureza do bem e do mal, assim, facilita o caminho para a virtude e felicidade. Em sua teoria epistemológica, Agostinho explica que é necessário alinhar a própria vontade particular com a vontade divina. Para isso, é necessária a prática da reflexão e do autoconhecimento do indivíduo, para que assim, possa alcançar as verdades eternas por meio da iluminação divina. Dessa forma, é por meio do livre-arbítrio que o indivíduo pode ser livre em suas ações e escolher entre o bem e mal.

2.3. Três níveis de bens

Por ora, essa implicação³⁷ que ocorre em torno do livre arbítrio porque ele é um bem intermediário, portanto, é possível fazer mal uso deste bem por meio da vontade do sujeito. Nota-se a pertinência em analisar os níveis de bens que o filósofo medieval expõe em sua teoria³⁸. Existe uma hierarquização de bens: eterno, neutro e contingente. De acordo com a concepção agostiniana (GILSON, E. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus: 2005, p. 277):

1) Bens Inteligíveis são os mais elevados, são eternos, eles participam do espírito do indivíduo. Dessa forma, inclui também a temperança, a justiça, a sabedoria e a caridade. Elas são as virtudes, e é o grau mais elevado na escala de bens.

³⁷ Daqueles que, erroneamente, acreditam que a causa do mal seja o livre-arbítrio.

³⁸ Agostinho, S. *A Cidade de Deus*. Ed. Paulus: São Paulo, 1995.

2) Os Bens Intermediários, por sua vez, conecta tanto ao espiritual quanto o material. É neutro, o livre arbítrio do homem é um exemplo de bem intermediário;

3) Por último, é apresentado os Bens terrestres que podem ser categorizados como temporais. São bens que os sujeitos desejam e desfrutam, fazendo com que o indivíduo se distraia de bens mais importantes (inteligível). Este é um bem de nível inferior, coisas materiais, prazeres, vícios e desejos são exemplos do último nível de bens.

Efetivamente, toda a questão que concerne ao comportamento dos sujeitos está relacionada ao modo de utilizar e fruir as coisas. A ideia de *fruir* está ligada ao modo com que o indivíduo fixa sua vontade em algo, enquanto a ideia de *uti* está ligada ao modo com que o indivíduo utiliza algo como meio para obter outra. Assim, diz o filósofo latino (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*. Volume II. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian - Cap. XXV, p. 1050):

“Também são três as coisas que concorrem para o trabalho de um artífice: a natureza, a doutrina, o uso (prática). A natureza deve ser apreciada pelo engenho, a doutrina pela ciência e o uso (prática) pelos frutos (resultados). Não ignoro que o «fruto» se diz propriamente de alguém que frui e o «uso» (ou utilidade) de alguém que utiliza. A diferença parece consistir em que — «fruir» se diz de uma coisa que nos agrada por si mesma sem estar relacionada com outra, «utilizar» se diz de uma coisa que se procura para outra.”

Assim, a grande ideia de que o filósofo antigo nos apresenta é: Deve-se utilizar dos bens terrestres para fruir o bem inteligível. É saber em o que se deve afirmar suas paixões, a medida em que se deve usar e como usá-las. É o que Gilson diz:

“Amar o que não se deve amar, não amar o que se deve amar, amar desigualmente o que se deve amar igualmente ou amar igualmente o que se deve amar desigualmente, eis o mal. O bem, lembremo-nos, é amar as coisas com um amor que se conforma à ordem: *ille autem juste et sancte vivit qui ordinatam dilectionem*. Ora, o mal moral, considerado na disposição da vontade que o determina, é o vício; o bem moral, ou boa disposição da vontade, é a virtude. Segue-se disso a definição

lapidar de santo Agostinho: *ordo est amoris*. A virtude é a submissão do amor à ordem. A hierarquia dos fins permite determinar à qual ordem a vontade deve se sujeitar.”

Com isso, entende-se que o mal moral consiste na utilização de um bem intermediário, ou seja, por meio do livre-arbítrio para fruir os bens terrestres. Assim, o indivíduo estaria entregue aos vícios e paixões, apegado ao mundo material. Isso ocorre por meio do abuso da liberdade. O que o filósofo francês propõe³⁹, baseado em Agostinho, é a subordinação da vontade em prol da vontade divina, é utilizar os bens contingentes (terrestres) para fruir o bem eterno(inteligível), que se dá por meio de um bem neutro (intermediário).

Efetivamente, existe uma hierarquia dos níveis de bens. No entanto, a liberdade humana permite que cada um utilize e usufrua desses bens da forma que o sujeito tenha vontade. Sobre a liberdade humana, o comentador francês afirma: “Num mundo em que tudo o que existe é bom, na medida em que existe, a liberdade é um grande bem” (Gilson, 2006, p. 161). Isto é, não é possível utilizar os bens de níveis superiores para se cometer o mal, mas, como o livre arbítrio um bem neutro é possível fazer mau uso dele.

Em suma, por si só, o livre-arbítrio não faz com que o sujeito faça o bem ou o mal, ele não é suficiente, tudo vai depender da inclinação da vontade em relação a esse bem. Por outro lado, não é possível fazer mau uso das virtudes, porque a virtude é um bem superior ao livre arbítrio. Como dito anteriormente, depende da vontade do sujeito, é ele quem decide se age bem ou mal, mas são os bens superiores (virtudes) que irão conscientizar o indivíduo a praticar o bem por meio de sua vontade e liberdade.

A concepção agostiniana apresenta que o mal não existe como matéria, pois não possui essência. O mal é um não-ser em negação ao bem. Ou seja, quando o sujeito, por meio do livre-arbítrio comete o mal moral⁴⁰, ele faz uma escolha errada, resultando na ausência do bem em suas vidas. Ademais, o caminho para evitar o mal moral e alcançar os bens, se dá por meio do livre-arbítrio humano em atitudes virtuosas.

A virtude não é um fim em si, ou seja, não existe uma ação que torne o sujeito virtuoso. Para isso, deve-se pôr em prática as boas ações, é um conjunto de atitudes que discernem a ética e a moral humana. Uma vida virtuosa pode ser semeada por um sujeito

³⁹ GILSON. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus: 2007, p. 317.

⁴⁰ De acordo com a doutrina cristã, o mal moral pode ser reconhecido, também, como pecado.

que pratica hábitos virtuosos. É o que diz o filósofo grego: “[...] é o que também ocorre com as virtudes: pelos atos que praticamos em nossas relações com os homens nos tornamos justos ou injustos” (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Ed. Nova Cultura - 1991, p. 30). E mais adiante, ele completa:

“[...] a virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria e é um meio termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta” (ARISTÓTELES. *Op. Cit.*, Vol. II - 1991, p. 38).

Nota-se que o filósofo grego esclarece a forma com que um sujeito possa vir a tornar sua vida virtuosa. Isto é, também, buscar o equilíbrio em nossas ações e evitar os extremos. Por exemplo: a avareza é um mal, mas a luxúria, o desperdício, o consumismo, o apego aos bens materiais, também são outras formas de se praticar o mal. Com isso, deve-se entender que a prática do autoconhecimento, a reflexão dos próprios atos, a busca pelo meio-termo nas próprias ações, também fazem parte do processo para se tornar virtuoso.

A filosofia agostiniana também apresenta os hábitos virtuosos como um meio para se alcançar a felicidade. De forma adaptada para sua doutrina de pensamento, Agostinho revela que a fé e a sabedoria são as bases principais para praticar a virtude. Assim, ele diz:

“Sustento que a virtude é nada senão amor perfeito a Deus... A temperança é amor doado inteiramente àquilo que é amado; a fortaleza é o amor disponível a todas as coisas com vistas ao objeto amado; a justiça é amor servindo somente o objeto amado e, portanto, governando corretamente; a prudência é o amor sábio escolhendo aquilo que favorece e rejeitando o contrário. O objeto desse amor é nada, senão Deus, o bem supremo, a mais alta sabedoria, a perfeita harmonia.”
(Agostinho 1948: 331-2)

Dessa forma, o autor latino apresenta uma ideia cristianizada⁴¹. Para ele, a virtude eleva o espírito humano para o uso correto da vontade, que se ordena com a vontade divina. Assim, o indivíduo utiliza o livre-arbítrio para praticar o bem, esse ato de bondade pode ser revelado através da virtude mais importante entre todas as virtudes, o amor. É por amor em tornar seus hábitos virtuosos que o sujeito alcança a verdade e a bondade.

CAPÍTULO 3. Sobre as virtudes

3.1. As virtudes cardinais

As virtudes, por sua vez, são de suma importância para se evitar o mal moral. De acordo com a concepção agostiniana, a virtude organiza a vontade do sujeito em conformidade com a vontade de Deus, sumo Bem. Os hábitos virtuosos de vida fazem com que o indivíduo escolha sempre os bens verdadeiros. As virtudes cardinais, destacadas por Agostinho são a prudência, justiça, fortaleza e temperança⁴².

A temperança age como a virtude principal em fazer com que o indivíduo não tenha seus pensamentos dominados pelos desejos carnis. Isso acontece porque a função da temperança na vida dos indivíduos é a de preparar o seu discernimento para a verdadeira sabedoria, e assim, impedir que a mente possa vir a desejar os males.

A prudência opera no discernimento do ser humano como a responsável por ensinar que é uma escolha ruim ao optar pelo pecado, isto é, o mal. Dessa forma, o sujeito que é cauteloso em suas escolhas procura sempre evitar errar entre a escolha do bem e mal, do que se devem ou não fazer.

Posteriormente, o autor antigo apresenta a justiça como a virtude no que concerne a ética. Pode ser um pouco complexa, mas é atribuída à justiça a função de estabelecer ao espírito do indivíduo uma forma de ordenar o seu próprio corpo em submissão à sua própria alma e entregar sua alma a Deus.

Por último, a fortaleza é a responsável por conceder ao homem para crer que ele é capaz de alcançar e merecer todo o bem e a felicidade. Embora haja diversos males, a força permite ao homem a capacidade em acreditar que ele possa vir a conquistar a

⁴¹ Em relação ao pensamento dos gregos sobre as virtudes.

⁴² Agostinho. *A Cidade de Deus*. Ed. Paulus: 1996, p. 533.

beatitude em sua vida, a contemplação da liberdade está em praticar o bem. Isto é, através da iluminação divina que os seres podem vivenciar a sabedoria e o bem.

Efetivamente, essas virtudes são fundamentais para orientar o intelecto do sujeito e fazendo o bem através do livre-arbítrio, torna-se viável alcançar os bens inteligíveis. Nota-se, aqui, que não há como responsabilizar a criação do livre arbítrio como causa do mal⁴³, pois, é por esse bem intermediário que eleva a alma do indivíduo a um bem superior. Isto é, se o indivíduo praticar o bem por meio de sua liberdade humana, ele mostrará seu amor por Deus (Sumo Bem) e pela verdade. Segundo Agostinho, essas quatro virtudes cardeais são fontes principais para ordenar a boa vontade (GILSON, E. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. Ed. Paulus: 2006, p. 250). Embora essas virtudes sejam de suma importância para uma vida plena, a caridade é destacada como a principal virtude, pois ela age diretamente na vontade dos seres humanos.

3.2. A Caridade

A caridade⁴⁴ (*caritas*), por sua vez, é reconhecida como a virtude suprema, pois permite que o indivíduo busque os bens supremos e ordene sua vontade com a vontade de Deus. Através desse equilíbrio, o indivíduo alinha seu espírito com as ordens divinas e alcança o bem maior. Assim, conserva sua felicidade e sabedoria eterna por meio da iluminação em seu intelecto. Com isso, essa virtude é fundamental para alcançar o inteligível, visto que é por meio dela que os humanos fazem o bem.

Efetivamente, a caridade é a virtude principal, pois ela detém a vontade do indivíduo. O filósofo africano acredita que o ser é movido pelo amor. De certa forma, o indivíduo pode inclinar sua vontade pelo amor às coisas mundanas, ou se inclinar para as coisas boas. De qualquer forma, esse amor irá se manifestar de maneira subjetiva em cada indivíduo, pois ela possui essa função em produzir essa vontade em algo.

Dessa forma, se o indivíduo amar as coisas ruins, seu comportamento será dominado pela vontade de agir mal. Por outro lado, se a pessoa amar as coisas boas, o resultado é desejar fazer as coisas boas. Nota-se que a virtude suprema é a caridade porque ela é a responsável por conduzir a vontade dos seres humanos.

⁴³ Embora o mal moral ocorra por meio dele.

⁴⁴ A caridade permite que a alma do sujeito ame todos os bens, a Deus, a ele mesmo e ao seu próximo.

4. Conclusão

Este trabalho tomou como objeto a percepção agostiniana sobre o mal, o qual permite refletir sobre questões aprofundadas no campo da ética, teologia e filosofia. Começamos por uma investigação que nos permitiu adentrar a uma explicação contextualizada sobre a motivação e causa para o autor africano discorrer sobre a questão do mal. Agostinho confessa que a temática abordada era algo que o inquietava, e sua tentativa era de sanar seus questionamentos a respeito do mal e realizar uma argumentação consistente. A proposta agostiniana demonstra a importância de refletir sobre o tema, mas de forma coerente.

Assim, essa investigação é estruturada em três capítulos que estão correlacionados. No primeiro capítulo buscou-se compreender a visão do autor no que cerne o mal ontológico. O filósofo de Hipona realiza um debate metafísico focado numa abordagem na qual defende que o mal não existe ontologicamente, de forma análoga aos neoplatônicos, ele diz que o mal é a ausência de bem. Entende-se que sob essa perspectiva, a concepção agostiniana apresenta um discurso filosófico e teológico, baseado em provar que o mal não existe como criatura, portanto, não é uma criação divina.

No segundo capítulo, pudemos avançar a discussão para entender a causa do mal moral. Assim, a investigação deu ênfase à liberdade humana, a fim de esclarecer a problemática em volta do livre-arbítrio. Efetivamente, o livre-arbítrio é uma criatura divina, portanto, um bem. Como apresentado no capítulo sobre a hierarquia dos bens, o livre-arbítrio é um bem intermediário, assim, é por meio dele que ocorre o mal moral. Claramente, o livre-arbítrio não é a causa do mal moral, mas por ser um bem contingente, é possível utilizá-lo de maneira incorreta. Nesse contexto, entendemos a importância de investigar e discorrer sobre o livre-arbítrio, pois este possui um papel crucial na escolha entre o bem e o mal, portanto, os sujeitos são totalmente responsáveis por suas escolhas.

O terceiro capítulo apresenta as virtudes cardinais, pois elas fornecem meios para se evitar o mal moral. Notadamente a caridade, ela é apontada como a virtude suprema. Assim, pode-se compreender que as virtudes possuem funções determinantes, pois elas são as responsáveis pelo discernimento ético do indivíduo. Com ênfase na caridade, ela é a responsável por permitir que os indivíduos amem o bem, assim, sua vontade será boa e precederá no amor em realizar ações boas.

Efetivamente, percebe-se que o debate agostiniano sobre o mal é um tanto complexo. As análises filosóficas de Gilson nos permitiram uma interpretação mais clara sobre a temática abordada pelo filósofo pré-medieval. Pois é por meio dos comentadores que viabilizou apresentar nesta tese a visão de Agostinho no que cerne o mal. Assim, vimos através desta monografia, que a questão do mal desencadeia em diversos assuntos, mesmo que de forma abrangente, a nossa pesquisa apresenta os principais aspectos da visão agostiniana em relação à questão do mal.

Dessa forma, entendemos que o filósofo antigo deixa explícito que o mal moral advém das más condutas dos seres humanos, com isso, é importante o reconhecimento do próprio erro para uma responsabilização eficaz sobre os próprios atos, para assim não os cometer novamente. O que a teoria agostiniana apresenta é que as ações más ocorrem por meio da utilização incorreta do livre-arbítrio, o qual permite que o mal moral aconteça, mas a verdadeira causa reside na vontade má. Notadamente, a compreensão agostiniana do mal, mesmo que em época distante, não sofre um efeito anacrônico, visto que é possível utilizá-la como meio de pesquisa nos debates filosóficos contemporâneos.

Enfim, o tema debatido ainda é uma questão atual, assim, a percepção agostiniana auxilia em diversas reflexões contemporâneas no campo da ética e moral. Sua teoria filosófica nos convida a refletir sobre nossas ações, sejam elas no meio individual ou coletivo. Ademais, a teoria de Agostinho nos permite um entendimento sólido a respeito da natureza humana, do livre-arbítrio e da importância em praticar hábitos virtuosos.

Em suma, a ideia desta pesquisa é destacar a abordagem de Agostinho sobre a questão do mal, com ênfase na compreensão na causa do mal moral e os aspectos principais do livre-arbítrio. Buscou-se apresentar a forma com que a percepção agostiniana nos leva a uma reflexão sobre a verdadeira liberdade humana e a relevância voltada para o papel das virtudes no processo de discernimento pela escolha do bem. Efetivamente, o autor africano reforça que a vontade não deve ser motivada pelo temor das consequências, mas sim pelo amor ao bem e à felicidade que pode ser viabilizado pela caridade em nossa jornada de vida.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGOSTINHO, S. *A Cidade de Deus*. Volume I: Tradução do original latino intitulado DE CIVITA TE DEI de Santo Agostinho, baseada na quarta edição de B. Dombart e A. Kalb São Paulo. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Av. de Berna, Lisboa. Ed. Paulus, 1996.

AGOSTINHO, S. *A Cidade de Deus*. Volume II: Tradução do original latino intitulado DE CIVITA TE DEI de Santo Agostinho, baseada na quarta edição de B. Dombart e A. Kalb São Paulo. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Av. de Berna, Lisboa. Ed. Paulus, 2000.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Antônio de Pina, São Paulo, abril Cultura, 1980.

AGOSTINHO, S. *Patrística – Contra os Acadêmicos/ A Ordem/ A Grandeza da Alma/ O Mestre – Vol. 24*. Ed. Paulus, 2008.

AGOSTINHO, S. *Patrística – O livre arbítrio*. Ed. Paulus, 2008.

AGOSTINHO, S. *Sobre a Trindade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Coleção: Os Pensadores, Vol. II. Ed. Nova Cultural, 1991.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COSTA, M. *A metafísica do bem na filosofia da natureza de Santo Agostinho*. Revista Araripe, 2021.

COSTA, M. *CONHECIMENTO, CIÊNCIA E VERDADE EM SANTO AGOSTINHO*. Veritas – Revista de Filosofia da Pucrs, 1998.

COSTA, M. *Maniqueísmo: História, Filosofia e Religião*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GERSH, S. *Neoplatonismo após Derrida: Paralelogramos*. Routledge, 2015.

GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Paulus, 2006.

GILSON, E. *O Espírito da Filosofia Medieval*. Martins Fontes, 2006.

HACKFORTH, R. *Moral Evil and Ignorance in Plato's Ethics*. The Classical Quarterly, Vol. 40, n.3/4. Jul-Out, 1946, pp. 118-120 - Cambridge University Press. Tradução: Yasmin Tamara Jucksch. Revista de Filosofia, Amargosa - BA, v.19, n.2, p.343-346, junho, 2019.

HORN, C. *Agostinho: conhecimento, linguagem e ética*. Trad. Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: EDIPUC, 2008.

PLATÃO. *Diálogos V: O Banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias*. Tradução e notas de Edson Bini. - Bauru/SP: Edipro, 2010.

REALE, G. *Plotino e o Neoplatonismo*. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

REALE, G. *Storia della filosofia - Volume I: Filosofia antico-pagana. O Editrice LA SCUOLA, Brescia, Italia, 1997*. Tradução: Ivo Storniolo – Ed. Paulus, 2007.

RICOEUR, P. *O Mal - Um desafio à filosofia e à teologia*. Labor et Fides, Geneve, 1986. Tradução: Maria da Piedade Eça de Almeida. Papyrus, 1988.

VAHL, M. *SANTO AGOSTINHO: Os Fundamentos Ontológicos do Agir*. Série Dissertatio Filosofia. Pelotas, 2016.